

4 – OS ESPAÇOS PRIVADOS

4.1. – Os espaços privados e privativos (os territórios primários)

4.2. – A apropriação, as demarcações e a gestão da intimidade

4.3. – Os espaços de trabalho

“O lugar onde vivo não é significativo para mim como conceito geográfico, mas como meu ‘lar’ ” [The place where I am living has no significance for me as a geographical concept, but as my home] (Schutz, 1962-1966).

A existência de territórios primários é primordial, na medida em que tais territórios são detentores de uma função de identidade mediante o controle, contribuindo com isso para a satisfação e bem-estar do indivíduo. O território primário por excelência é o habitat em que o tempo passado tem maior relevância para o indivíduo. Junta-se a ele o espaço de trabalho, que é o segundo lugar em termos de tempo passado. Esses dois espaços são, pois, altamente importantes para o indivíduo, na medida em que constituem o objeto de apropriações e dão identidade.

4.1. – Os espaços privados e privativos (os territórios primários)

O espaço privado é um espaço no qual um indivíduo ou um número muito restrito de indivíduos que vivem numa relação de intimidade, se atribuem com exclusividade, exercendo sobre ele um vasto controle.

O espaço pessoal e a privacidade são aspectos importantes da qualidade de vida. Os ajustamentos da privacidade se fazem erguendo barreiras físicas e/ou psicológicas e demarcações de território, sempre que o indivíduo aspire a isolar-se ou a proteger-se da intrusão alheia. Isso pode parecer importante, não só no espaço doméstico, mas também no lugar de trabalho ou em certas atividades de lazer. Espaços ocupados definitiva ou transitoriamente trazem consigo uma relação afetiva, apego. A presença de objetos pessoais, tais como móveis, fotos ou recordações assinalam a apropriação. O espaço apropriado contribui para a identidade do indivíduo e causa uma sensação de segurança. Na realidade, os territórios apropriados individualmente têm como função essencial produzir previsibilidade, ordem e estabilidade. São os espaços controláveis e controlados que permitem a personalização e a regulação das intromissões.

O arranjo interior do *habitat individual ou coletivo* baseia-se em dois aspectos relativos à preservação da intimidade: o funcionamento frente a frente ao exterior e o funcionamento interno. Quanto à relação frente a frente ao exterior, a psicologia ambiental tem acentuado a necessidade de filtragens progressivas que permitam gerir a intimidade. A disposição interior ideal do *domicílio* deve seguir uma regra de intimidade progressiva do mais público (a entrada) ao mais íntimo (o quarto de dormir), situado por isso mais longe da entrada. Este é um princípio mais ou menos observado, seja qual for o contexto cultural. É evidentemente nos domicílios de pequenas

dimensões que a gestão da intimidade põe mais problemas. O seu funcionamento interno deve ter em conta exigências de intimidade e de trocas entre os membros da família. Os arranjos internos devem assegurar uma distribuição em função das diferentes atividades domésticas e prever zonas de recato segundo as necessidades. Estas podem ser identificadas por meio de simulações das dimensões reais, a fim de que o arranjo do alojamento se adapte às aspirações dos seus futuros ocupantes.

4.1.1 O “meu lar”

A experiência vivida numa habitação e, mais especialmente, numa “casa-lar” ou “home”, segundo o termo anglo-saxão, é uma experiência humana universal (Smith, 1994). As relações do indivíduo com a sua habitação excedem, em geral, o quadro funcional do habitat para assumir o significado mais profundo de “lar”, que faz supor uma maneira de edificar a própria vida num espaço geográfico definido (Saegert, 1985). As cinco dimensões que fazem com que um habitat se torne “lar”, são: a centralidade, a continuidade, a privacidade, a expressão de si e a identidade, e as relações sociais. A elas se pode acrescentar a ambiência e as características físicas do habitat consideradas como ambiente (Smith, 1994; Tognoli, 1987).

O “lar” representa tanto um espaço físico como uma ideia abstrata desse espaço. É sob este ângulo que diversos pesquisadores (geógrafos, psicólogos, antropólogos) têm estudado a habitação, valendo-se muitas vezes de abordagens de tipo fenomenológico, clínico (estudo de caso) e psicanalítico.

As pesquisas centradas na primeira acepção de habitação, o lar, aprofundaram vários temas que lhe estão ligados: (1) a centralidade, o enraizamento e a ligação afetiva, (2) a continuidade, a unidade e a ordem, (3) a intimidade, o refúgio, a segurança e a propriedade, (4) a identidade de si e as diferenças interindividuais, (5) as relações sociais e familiares, e (6) o contexto sociocultural.

A *centralidade* é uma qualidade muitas vezes associada ao lar. Ele é um ponto central na medida em que representa um território primário sobre o qual os habitantes pensam exercer um controle exclusivo e permanente, e ao qual atribuem, em geral, profundas significações. Ele constitui o ponto físico central das deslocações dos habitantes, assim como uma centralidade afetiva, de ancoragem e enraizamento, associada com frequência ao sentimento de fazer parte do lugar (Smith, 1994).

A *continuidade*, a saber, a estabilidade e a permanência, está ligada ao sentimento de segurança e distingue, em geral, o lar do habitat. A intimidade está ligada à qualidade de refúgio desse ambiente. O lar é um lugar onde o indivíduo se sente à vontade, um lugar propício à relaxação que lhe ocasiona um sentimento de liberdade e conforto, permitindo-lhe recuperar-se física e psiquicamente.

Na medida em que constitui um espaço de autonomia e liberdade, o lar permite igualmente o desenvolvimento da expressão de si. É assim que chega a assumir uma função simbólica dessa expressão (Korosec-Serfaty, 1979; Lugassy, 1989). Esse espaço é convertido em “lar”, pela sua personalização, tendo os objetos um papel privilegiado nesse sentido (Czikszentmihalyi & Rochberg-Halton, 1981). Os objetos guardados no lar seriam como que investidos de valores afetivos ou simbólicos para além do seu valor funcional. O aspeto simbólico do “lar” que constitui, sob outro ponto

de vista, um meio de comunicação, está de tal modo presente que é possível precisar, a partir das fotos da habitação, os traços característicos dos seus habitantes (Sadalla e cols., 1987) ou, pelo menos, sua pertença sociocultural (Bernard e cols., 1987).

A mobilidade, atualmente valorizada pela sociedade, tem levado a um deslocamento da constante espacial, centrada no “imóvel”, para o “móvel”. O ponto de referência do universo doméstico, já não é o quadro edificado, mas os móveis e sua disposição espacial no interior da habitação. A identidade do indivíduo se expressaria mais por meio dos objetos e móveis que pela referência ao imóvel (Perrinjaquet e cols., 1986).

O lugar da habitação desempenha um papel importante durante a infância, na formação da identidade espacial, “Place identity” (Proshansky, 1978). As recordações relativas ao ambiente constituiriam pontos de referência e aferidores com os quais se comparam as experiências ulteriores (Noschis, 1992). A identidade se constrói pela relação “sujeito/ambiente”. É constituída de um conjunto complexo de ideias conscientes e inconscientes, de crenças, de preferências, de sentimentos, de valores, de objetivos, de tendências e de aptidões comportamentais. Trata-se de elementos cognitivos concernentes ao ambiente, aos quais estão associados valências positivas ou negativas e aspectos sociais (papéis). O desenvolvimento dessa dimensão ambiental da identidade é modulado por três lugares: a casa, a escola e os arredores. A identidade está vinculada às etapas do ciclo vital, à estima e ao conceito de si em geral, e pode evoluir por meio das experiências ambientais significativas. É isso que explica os problemas de identidade ligados às mudanças impostas do lugar de habitação (Krupat, 1983).

A *ambiência*, isto é, uma atmosfera calorosa e agradável, agrega-se às cinco qualidades já mencionadas (Weisner & Weibel, 1981).

É assim que os aspetos físicos não representam mais que uma parte, a menos importante, da definição de “lar”, enquanto são as dimensões sociais, cognitivas, culturais e comportamentais que lhe conferem as qualidades de um lugar seguro (refúgio), de conforto, e de lugar simbólico aonde se regressa após os deslocamentos.

Para Sixsmith (1986), o “lar” é caracterizado por três dimensões essenciais que agrupam 20 aspetos ambientais: (1) a dimensão pessoal (felicidade, pertença, expressão de si, experiências cruciais, permanência, intimidade ou privacidade, duração, lugares significativos, conhecimento e desejo de regresso), (2) a dimensão social (natureza e qualidade de relações, presença de amigos, diversões e aspeto afetivo ligado à presença de outros), e (3) a dimensão física (estrutura e tamanho do espaço, serviços, arquitetura, ambiente de trabalho). Os lugares tidos como lar nem sempre têm uma realidade física, uma dimensão e uma localização espacial concreta; podem ser imaginários ou espirituais. O passado ambiental, assinalado pela mobilidade, é capaz de levar o indivíduo a afeiçoar-se a certos lugares que não frequenta ou frequenta muito pouco, ou a certos espaços de caráter abstrato e imaginário (Rowles, 1983). A identificação com um lugar concreto ou abstrato implica que ele desempenhe um papel central num projeto pessoal. O indivíduo pode não o frequentar objetivamente ou de maneira sucessiva. Contudo, esse lugar constitui um fator de equilíbrio pessoal, de continuidade de si, mediante experiências ambientais múltiplas. Por outro lado, mulheres e homens não se diferenciam em função das qualidades essenciais que utilizam para caracterizar um lar (Smith, 1994).

4.2. – A apropriação, as demarcações e a gestão da intimidade

Segundo Palmade e Palmade (1981) a relação com o ambiente se estrutura por meio da experiência individual de vários tipos de espaços: o habitat da infância, o habitar mítico, o espaço de outros lugares e o espaço do cotidiano. O habitar é uma conduta de apropriação e expressão de si (identitária). Dá um significado ao espaço habitado e produz um sentimento de segurança.

Três termos expressam as relações do indivíduo com o seu ambiente próximo: a apropriação, a ligação e o enraizamento.

4.2.1 A apropriação

O termo apropriação é polissêmico e controverso (Korosec-Serfaty, 1976). Trata-se, de um lado, do processo de apropriar-se e, do outro, do seu resultado, do ambiente apropriado. As práticas de apropriação permitem dar um significado pessoal ao espaço e trazem consigo o domínio cognitivo sobre ele. Proshansky (1976) dá relevância ao controle que acompanha a apropriação e torna assim previsível o ambiente apropriado. A apropriação implica investimento afetivo nos objetos ou lugares apropriados e supõe a projeção do indivíduo no ambiente (Fischer, 1981). O conceito de apropriação diz respeito às diversas modalidades de relação entre o indivíduo e o objeto em questão. Por apropriação do espaço, designam-se práticas e relações afetivas e cognitivas que o sujeito mantém com um lugar determinado. Para Moles (1976), a apropriação do espaço tem três funções: (1) uma função de ancoragem, com um forte componente afetivo, (2) uma função de dominação que constitui uma manifestação de afirmação social, e (3) uma função de referência, ligada às representações do espaço. Na verdade, a inserção do indivíduo no espaço realiza-se mediante procedimentos de arranjo (*“fazer o seu nicho”*), visando o domínio sobre os lugares e a produção de sinais culturais (Pagès, 1974).

A apropriação efetua-se seguindo um modelo dialético: a presença do controle, de um lado, e, do outro, a introdução da liberdade. Nesta perspectiva, o conceito de apropriação não encobre a ideia de propriedade legal. Pelo contrário, ele define o processo graças ao qual um indivíduo e/ou um grupo ordenam e reestruturam um espaço determinado e estabelecem com ele uma relação privilegiada, mesmo que ali só se encontrem provisoriamente.

Entendida como processo, a apropriação pode ser definida como uma projeção da conduta humana no espaço; ela pode realizar-se de várias maneiras: com o olhar, o arranjo, a delimitação e a exploração.

O olhar é a forma mínima de apropriação, que permite as emoções estéticas, a satisfação da curiosidade, e que assegura a familiaridade com um espaço real. O arranjo do espaço em redor da pessoa (grupo) dá, ou mesmo impõe, aos outros, por meio de uma linguagem silenciosa dos objetos e dos símbolos, uma certa imagem de si, do seu estilo, da sua identidade social. A marcação e fechamento dos lugares, com a designação dos atos a realizar dentro de um espaço dado, delimitam-no. Enfim, a exploração oferece a possibilidade de estender o campo de ação e de prolongar o raio

de atividade em relação ao ponto de ligação (Moles e Rohmer, 1977). É da familiaridade que nasce a apropriação de um lugar. A apropriação efetua-se no cotidiano por uma aprendizagem progressiva do caráter específico de um lugar. Um espaço apropriado garante segurança ao indivíduo que ali se permite certas formas de privacidade, mesmo tratando-se de espaços públicos ou institucionais (Fischer, 1981).

Mais além do ponto central da escala individual de estruturação do espaço, o indivíduo pode apropriar-se de espaços mais vastos, estruturando-se em círculos concêntricos. A apropriação realiza-se, com efeito, tanto a nível microgeográfico, isto é, a nível do lugar e arredores, rua, bairro, como a nível macrogeográfico, isto é, a nível da cidade, região, país, e até mesmo planeta mundo (Bailly, 1978). Em todo o caso, a escala espacial de apropriação interfere na estruturação social em grupos sociais primários (família, amigos) e/ou secundários (vizinhos, associações formais, comunidades). A apropriação individual ou coletiva de um espaço efetua-se com base nessas relações sociais mais ou menos conflitantes, em função de interesses específicos de cada um. Os indivíduos que partilham os mesmos lugares chegam, em geral, a partilhar também a afeição por esses espaços e pelo sentido desses lugares, afirmando uma identidade comum.

4.2.2 Ligação e enraizamento

O indivíduo necessita de ancoragem, de enraizamento, de um lugar de referência (Moles, 1976), que obedeça a uma estrutura hierarquizada de espaço de vida. Face a esse lugar central de ligação com o ambiente, todos os outros espaços provisoriamente ocupados são só prolongamentos do ponto de ancoragem (Moles & Rohmer, 1977). No sentido de espaço familiar, o ponto de ancoragem ou porto de ligação constitui um espaço fortemente personalizado, assumido e empossado afetivamente pelo indivíduo ou pelo grupo. Algumas pesquisas têm mostrado que a habitação, e sobretudo a casa individual, representa esse tipo de espaço simbólico, suporte privilegiado da realização da apropriação do espaço pela célula familiar (Korosec-Serfaty, 1979, 1985; Haumont, 1966, 1976).

O **enraizamento** implica que o sentimento de identidade da pessoa se inscreva num lugar. Baseia-se no sentimento de pertença que se manifesta pela estabilidade e pela permanência da vinculação estabelecida com um lugar, que se quer duradoura, assim como também pelo sentimento de que ele se integre na história dos vínculos e projetos familiares. Identificar-se com um lugar significa que ele adquire uma função simbólica, a da representação de si, e um papel central no projeto pessoal.

A apropriação estaria ligada à estruturação do espaço e, sobretudo, ao conceito da centralidade. Ledrut (1973) distinguiu vários tipos de centralidade, isto é, a centralidade funcional ligada às diversas práticas, a centralidade topológica ligada ao posicionamento dos lugares apropriados dentro da estruturação do espaço, e a centralidade afetiva ligada à importância que o lugar representa para o indivíduo. A importância relativa da habitação no sistema pessoal de valores, poderia, num certo momento do ciclo vital, parecer estar ligada ao grau de prioridade atribuído à atividade profissional relativamente ao quadro de vida (Lévy-Leboyer, 1977).

Assim, a experiência adquirida por cada um em matéria de ambiente, pelo processo de apropriação de certos espaços e de sua hierarquização em função da sua

importância relativa para o indivíduo, faz que os diferentes ambientes de referência sejam também expressão da identidade pessoal. Trata-se não só de fenômenos de identificação com um lugar e, portanto, de investimento afetivo, às vezes até mesmo narcísico (Eleb-Vidal, 1982), mas também de fenômenos de rejeição e de não-integração, sendo o espaço vivido como um meio onde a pessoa se sente estrangeira, onde não se pode fazer nada no próprio nome e ao qual, como sublinha Fischer (1981), se arrebatou um recanto familiar.

O investimento afetivo expressa-se, não só por uma marcação afetiva dos elementos desse ambiente, mas também pelo sentimento que o indivíduo tem, de manter uma forte ligação subjetiva com esse espaço. É constituído por um conjunto de elementos relativos a um ambiente determinado, isto é, de cognições (conhecimento, exploração), de desejos de estabilidade, de sentimentos positivos e de comportamentos que servem para manter e melhorar tal liame. Isso supõe um envolvimento afetivo e social do indivíduo. No que concerne ao habitat, são quatro as condições essenciais de enraizamento que foram identificadas: a avaliação positiva do ambiente físico, a extensão da rede social, o grau percebido de escolha e a comparação com as alternativas acessíveis.

O indivíduo pode não frequentar intensamente o lugar com o qual se identifica. No caso de forte mobilidade ou impossibilidade de encontrar e/ou de frequentar um lugar apropriado ao investimento pessoal, o enraizamento pode efetivar-se de modo imaginário, à distância e de maneira abstrata. A mobilidade implica por vezes um investimento “pluricentrado”. A ruptura com o(s) lugar(es) investido(s) conduz à reconstrução da identidade espacial mediante experiências significativas com outros lugares. Além disso, a relação afetiva com um certo lugar, a “nostalgia do passado”, ou, pelo contrário, o “realismo do presente” torna difícil ou facilita a apropriação do habitat atual (Ratiu, 1986).

4.2.3 A identidade espacial

As relações com o ambiente são igualmente articuladas por dimensões psicológicas profundas, no caso, a identidade espacial e as lembranças ambientais. As lembranças ligadas ao ambiente tornariam o indivíduo consciente do processo ininterrupto do qual se faz objeto, isto é, a sua diferenciação relativa ao ambiente e ao seu investimento psicológico em certos lugares. No adulto, este tipo de lembranças seria fragmentário e caracterizado pela maneira específica que a criança tem de captar o ambiente, maneira mais afetiva que intelectual. Noschis (1992) explicita que as lembranças relativas ao ambiente constituiriam pontos de referência e de padrões com os quais serão comparadas as experiências ulteriores. Os aspetos físicos do ambiente seriam de grande importância na medida em que a identidade de cada um estaria ligada a um ambiente particular e, especialmente, a uma certa paisagem.

O conceito de identidade de lugar (Place-identity) é definido por Proshansky como elemento constitutivo da identidade do sujeito (Self-identity), no caso, como identidade espacial ou topológica do indivíduo. Esta identidade constrói-se mediante a relação indivíduo-ambiente, que é constituída por um conjunto complexo de ideias conscientes e inconscientes, de crenças, de preferências, de sentimentos, de valores, de objetivos, de tendências e de aptidões comportamentais ligados ao ambiente. Trata-se mais

precisamente de elementos cognitivos concernentes ao ambiente, aos quais estão associadas valências positivas ou negativas e aspetos sociais (papéis). Pareceria que o desenvolvimento desta dimensão ambiental da identidade é moldado pelo lar, pela escola e seus arredores, ligado às etapas do ciclo vital e à autoestima.

As lembranças que fazem parte da construção da identidade ambiental do indivíduo e que se referem também tanto a aspetos físicos como sociais, estão sujeitas a uma dinâmica de recomposição em função das experiências e interpretações posteriores. Contudo, pareceria que as lembranças ambientais do período em que uma separação nítida entre os estímulos objetivos e os desejados não se realizou, pesariam mais que as outras. Tratar-se-ia da idade de 9-12 anos, estágio em que a criança considera o ambiente, da mesma maneira que as pessoas à volta, como suscetível de satisfazer os seus desejos (Nilsson, 1983, em Nordström, 1995).

As mulheres são diferentes no plano das atitudes e da satisfação relativas ao lar, em função da sua disponibilidade a investir afetivamente na sua situação atual no que concerne ao habitat (Nordström, 1995). Pode-se lamentar, com o autor, a ausência de modelos que representem não só os aspetos cognitivos, como também a dimensão afetiva do desenvolvimento das relações com o ambiente. Há indivíduos que apresentam certa impossibilidade de investir afetivamente na sua situação habitacional atual, por terem sido privados, no passado, de lugares propícios ao processo, ao mesmo tempo, de diferenciação e de investimento afetivo face ao ambiente. As implicações práticas que emanam desta interpretação, têm a ver com os projetos de disposição dos espaços residenciais, na medida em que seu arranjo há de facilitar, ao mesmo tempo, o investimento do interior e exterior da habitação e de suas redondezas (Nordström, 1995).

4.2.4 A satisfação residencial

Segundo Kurt Lewin (1951), a valência de um objeto não se pode definir senão no campo ambiental próprio a cada um; dito de outra maneira, sem que os desejos de cada indivíduo, relativos ao seu quadro de vida, estejam ligados aos seus traços psicológicos e à sua história pessoal. Este tipo de abordagem supõe que cada indivíduo avalie, em função de critérios pessoais, de modo mais ou menos favorável, o seu ambiente.

A temática da avaliação e da satisfação ambiental tem sido tratada segundo várias perspectivas. Alguns trabalhos insistem na avaliação dos dados ambientais concretos e medem a satisfação, partindo da avaliação de elementos físicos específicos, como a orientação, a vista para o exterior, a posição daquele espaço na casa, o barulho (Canter, 1975; Lévy-Leboyer, 1987; Marammotti, 1997). Outros levam em conta a avaliação em sua dinâmica comparativa e temporal. Desse modo, Premium (1986) se refere ao modelo da dissonância cognitiva (Festinger, 1957) para formular a hipótese segundo a qual um sujeito tenderia para aquilo que apresentasse a maior congruência possível entre a representação que ele se faz do ambiente residencial ideal e a representação da sua própria situação residencial. A adaptação a um ambiente que não satisfaz as aspirações de uma pessoa será passiva, se a pessoa racionalizar as suas escolhas, se adaptar à situação, e, por isso mesmo, ajustar o seu esquema de

aspirações, ou ativa, se ela transformar o seu ambiente de maneira a aproximá-lo do seu ideal.

Outros pesquisadores preferem uma abordagem global da satisfação e integram a relação do indivíduo ao seu ambiente segundo dimensões tais como a familiaridade, o projeto residencial, o estatuto residencial, o desejo de mobilidade, etc. Nessa ótica, a abordagem transacional assinala a vontade de ultrapassar a simples inventário dos elementos ambientais avaliados como favoráveis contra os desfavoráveis, a fim de justificar a inserção sócio-afetiva do sujeito em seu espaço vital. Trata-se então de reconhecer o papel importante das dimensões afetivas e temporais da experiência ambiental como elemento constitutivo da relação indivíduo/ambiente e, portanto, da satisfação residencial.

Bonnes e cols. (1997) estabelecem uma escala de satisfação residencial (RSS) com 126 itens repartidos por quatro dimensões: as características arquiteturais e urbanísticas (densidade, caracterização socioeconômica, espaços verdes, estética); as características relacionais e sociais (tipos de sociabilidade, categorias socioeconômicas dos habitantes); e as características funcionais (serviços, ofertas comerciais, culturais e de lazer). A isso junta-se uma escala de ligação (Neighbourhood Attachment Scale). Os resultados desta pesquisa mostram claramente que a satisfação residencial é resultado de várias avaliações específicas que têm por objeto essas diversas dimensões.

Além disso, a satisfação residencial está fortemente associada à ligação com o espaço vivido (Fleury-Bahi, 1997). Os fatores mais correlacionados com a satisfação e a vinculação são a duração de residência dos habitantes e a sensação de tranquilidade da vizinhança. Além do mais, como o sublinha Bonnes e cols. (1997), as características físicas, tais como o edifício ou os serviços, jamais são independentes das características sociais e humanas do espaço real. Assim, por exemplo, a percepção da poluição está associada à da delinquência, e o ambiente “opressivo” à presença de indivíduos ameaçadores. Os autores concluem que carências ambientais podem ser realmente compensadas por uma boa qualidade de relações de vizinhança.

Ao estudo da avaliação que o indivíduo faz do seu espaço vital, pode-se acrescentar a análise dos fundamentos normativos e ideológicos da avaliação do ambiente e, particularmente, da boa vizinhança. A maior parte dos autores integram elementos de sociabilidade ou de status social na satisfação residencial, mas falta ainda assinalar que critérios usam os indivíduos para apreciar a sua satisfação/insatisfação. Na medida em que se sabe desde há longo tempo que as variáveis objetivamente mensuráveis acabam por ser pouco explicativas da satisfação experimentada, convém perguntar em função de que critérios os indivíduos se sentem mais ou menos satisfeitos. Já se sabe que os danos são percebidos como mais ou menos incômodos segundo a afeição ou o grau de identidade topológica, por exemplo (Félonneau, 2003). Lally (1992) afirma que a identificação com um lugar leva a fazer uma avaliação positiva. Por isso, o que se trata é de não reduzir as variações interindividuais da satisfação a um simples nível individual.

4.3. – Os espaços de trabalho

O espaço de trabalho é “o conjunto de situações diversas nas quais os indivíduos se veem forçados a ocupar lugares determinados para efetuar uma atividade e tarefas prescritas” (Fischer, 1992, p. 173). Trata-se de um espaço delimitado atribuído ao indivíduo para uma atividade precisa, por um tempo fixado. Trata-se do lugar cuja frequência é, para quem tem uma atividade, a mais durável fora do domicílio.

O espaço é socialmente construído. Pode ser concebido como um vetor de interações sociais e constitui uma mensagem social sobre o grupo ou a sociedade que o ocupa, sua maneira de viver e os seus valores. Os arranjos interiores dos espaços de trabalho, para além da sua funcionalidade destinada a tornar as atividades que ali se desenrolam o mais cómodas possível, refletem seguramente também a diferenciação social ligada às funções e às atividades de cada pessoa. O espaço reforça assim a diferenciação social dentro da empresa, quer se trate de uma secção de uma fábrica, de um escritório ou de espaços de sociabilidade. Além disso, os marcadores físicos e psicológicos têm influência na coesão do grupo e das suas relações (Wineman, 1982). É nesse sentido que a avaliação das atitudes relativas às características do espaço, ao nível material e também, tal como existe em relação aos indivíduos, pode trazer informações sobre os valores que constituem o “campo topológico” do grupo. A organização espacial reflete a estrutura social da empresa.

Dois aspetos do arranjo espacial das empresas têm atraído mais particularmente a atenção dos psicólogos ambientais: o arranjo em escritórios coletivos ou individuais e a congruência entre as exigências do indivíduo e as oportunidades, isto é, as affordances oferecidas pelo lugar de trabalho, as possibilidades comportamentais.

4.3.1 Escritórios abertos ou escritórios individuais?

O arranjo dos espaços de trabalho negligencia frequentemente as exigências de territorialidade e gestão de intimidade. As empresas são raramente dispostas de modo a criar condições ótimas de trabalho. Muito mais que a luz, o barulho, a ventilação ou o mobiliário, é a possibilidade de se isolar no lugar de trabalho que se julga essencial. Isso não implica necessariamente que cada empregado deva possuir um escritório individual. Na verdade, os arranjos interiores devem levar em conta diferentes tarefas e prever tanto possibilidades de isolamento como possibilidades de interações informais. Por outro lado, as preferências por escritórios individuais ou escritórios abertos dependem do tipo de tarefa e da maneira de trabalhar de cada um. A necessidade de cada empregado dispor de bastante espaço para trabalhar é, com frequência, mais importante que o arranjo aberto ou individualista dos escritórios. Aí também, um arranjo modulável que permita a cada um organizar o seu lugar de trabalho e suas interações com outros, parece ser a solução ideal.

Os arranjos exercem necessariamente efeitos, não só na produtividade, como também na satisfação dos que ali trabalham. Um estudo de Porto de Lima (2002) ocupa-se do efeito do arranjo em escritórios abertos ou divididos na satisfação dos empregados.

Os resultados das pesquisas neste domínio ressaltam que o problema maior dos escritórios paisagísticos é que eles geram uma sensação de perda de privacidade e de desconforto devido ao barulho. Como se organizam desde então as diversas características do ambiente nas situações de satisfação ou insatisfação em variadas

formas de disposição? Como é a experiência da privacidade nos vários tipos de escritórios e qual é a possibilidade de o indivíduo construir o seu espaço pessoal?

Existe uma clara relação entre as características da tarefa, o nível hierárquico, a distância social entre as pessoas e o tipo de escritório ocupado, mas o tipo de escritório (aberto, semifechado ou fechado) só está relacionado com a satisfação por intermédio do número de pessoas que partilham o mesmo escritório. No que diz respeito à privacidade, constata-se ser a possibilidade de exercer um controle sobre o lugar de trabalho, assim como a possibilidade de superar as interrupções e os danos potenciais, as que mostram ser as condições indispensáveis da satisfação no trabalho. A privacidade no lugar de trabalho e as possibilidades de controle não de ser consideradas como fundamentais para a satisfação do trabalhador e primordiais para a representação de si e para a construção de um lugar próprio.

4.3.2 A congruência indivíduo-ambiente de trabalho

A análise dos desempenhos no trabalho numa perspectiva ambiental inspirou-se na teoria do *behavior setting* de Barker. Foi assim possível mostrar que diferentes fatores ligados especialmente ao estresse (como o nível de atenção, o apoio social por parte dos colegas do trabalho ou dos superiores, ou ainda o interesse posto na tarefa) podiam variar em função do nível da população dos locais de trabalho. Contudo, como o sublinha Wicker (1987), esta teoria do *behavior setting* não é suficiente para se compreender o funcionamento dos locais comportamentais, se não se levar em conta, nem as motivações e os propósitos individuais, nem o tipo de relações sociais que se podem instaurar dentro do local. Com efeito, qualquer que seja o nível de população, as motivações dos trabalhadores e o grau de implicação que eles tiverem no seu trabalho, podem levá-los a envolverem-se em ações que excedem as suas responsabilidades. A motivação pode ser também concebida em termos de concordâncias indivíduo-ambiente, isto é, poderem os objetivos individuais corresponder às gratificações proporcionadas pelo ambiente. Com efeito, o bem-estar num sítio comportamental depende desta concordância entre as estruturas individuais e ambientais. Do mesmo modo, uma forte coesão num grupo de trabalho poderá gerar uma melhor repartição de tarefas ou uma melhor comunicação. Estes aspectos individuais e sociais não devem ser negligenciados no estudo dos funcionamentos da empresa.

Na mesma ordem de ideias, num estudo de acidentes (T. Ribeiro, pesquisa não publicada), o autor aborda o acidente de trabalho numa perspectiva ecológica, inscrevendo-o num sistema holístico cujos diversos aspectos (espacial, temporal e comportamental) exercem um efeito recíproco. O acidente de trabalho é assim considerado como um acontecimento que só encontra a explicação na função da articulação sistêmica dos diversos termos dessa configuração homem-ambiente. Os resultados mostram que o acidente de trabalho depende de um conjunto de transações complexas que articulam a percepção das condições ambientais físicas do lugar de trabalho, a sua organização, o desempenho, o clima social e a satisfação ambiental e organizacional.

Resumo

Os espaços privados ou privativos (os territórios primários) são os espaços que o indivíduo se apropria com exclusividade e sobre os quais eles têm de fazer um controle absoluto. Eles são primordiais para o bem-estar do indivíduo. O “meu lar” representa tanto um espaço físico quanto uma ideia abstrata desse espaço, ele é o produto de uma ligação afetiva e permite a expressão identitária. Muitos temas são ligados à habitação e ao “meu lar”: a centralidade, o enraizamento e a ligação afetiva; a continuidade; a intimidade, o refúgio e a segurança; a identidade e as relações sociais e familiares. O enraizamento implica que o sentimento de identidade pessoal se inscreve em um lugar.

O espaço de trabalho pode ser apreendido como um vetor de interações sociais e constitui uma mensagem sobre a empresa e seus valores. Os arranjos dos espaços de trabalho, além da funcionalidade quanto ao desempenho, da melhor maneira possível, das atividades que lhe são destinadas, reflete a hierarquia das empresas quer se trate de instalações de montagem, de escritórios ou de espaços de sociabilidade, e reforçam assim as diferenças sociais.

Palavras-chave

espaços privados

territórios primários

espaços privativos

apropriação

ligação afetiva

identidade

enraizamento

controle

marcações

intimidade

espaços de trabalho

diferenciação social

Questões

1. Por que dispor de um espaço para si é importante para o bem-estar?
2. Quais são as condições de um enraizamento?
3. Como se organiza o território nos espaços de trabalho e qual é a base dessa organização?
4. Por qual(is) razão(ões) alguém é levado a marcar seu território?
5. Como os empregados de um escritório aberto marcam seu território e por que?
6. Quais são as características essenciais do “meu lar”?
7. Por que o habitat (não) fornece segurança?
8. Como o habitat contribui para a identidade do indivíduo?

